

SINICON

em revista

REVISTA PERIÓDICA DO SINDICATO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA-INFRAESTRUTURA

EDIÇÃO 13 | SINICON.ORG.BR



RAMLIFT

TECNOLOGIA QUE
TRANSFORMA A
INFRAESTRUTURA DO
BRASIL

CARIOCA

SINICON em revista

REVISTA PERIÓDICA DO SINDICATO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA-INFRAESTRUTURA

EDIÇÃO 13 | SINICON.ORG.BR

ESCRITÓRIOS

Rio de Janeiro: Rua DEBRET, nº 23, 12º andar, Salas 1201 a 1207, Bairro Centro
Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-080

Brasília: SCS - Edifício Ceará - Qd 1, bloco E, nº 30 - 8º Andar
Sala 801 - Plano Piloto - Brasília - DF/ CEP: 70303-900
Tel.: (61) 3223-3161

Bahia: Av. Tancredo Neves, nº 274, Bloco A, Salas 202-203,
Centro Empresarial Iguatemi Caminho da Árvores, Salvador-
BA/ CEP 41820-020 Tel.: (71) 3450-8542

Goiás: Avenida T.4 nº 619, Ed. Buena Vista Office Design,
sala 2010 - St. Bueno, Goiânia - GO/ CEP: 74230-035
Tel.: (62) 3157-0758

Pernambuco: Rua do Progresso, nº 465, Ed. Villa
Empresarial, Bairro Boa Vista - Recife - PE
CEP: 50.070-095

SINICON

em revista

NESTA EDIÇÃO

05 Mensagem do Presidente

07 Entrevista

10 Capa

13 Redes Sociais

14 Infraestrutura

15 Oil and gas

16 Jurídico - ESG

20 Infracowomen

23 Lean

27 Eventos

30 Legislativo

32 Serviços

34 Convenções Coletivas



EXPEDIENTE

Presidente

Cláudio Medeiros

Vice-Presidente

Ramon Rocha

Diretora Jurídica

Tatiane Ollé

Diretora de Relações

Institucionais

Viviane Nunes

Consultora Jurídica

Renilda Cavalcanti

Secretária do Jurídico

Claudia Crivano

Gerente Adm. Financeiro

Bruno Lamounier

Assessoria Executiva

Ricardo Avelar

Conselho Diretor

Alexandre Guedes

Carlos Nascimento

Daniel Rizzotti

Márcio Perez

Paulo Coutinho

Raimundo Cruz

Fernando Teixeira

José Mário Castilho

José Maria Magalhães

de Azevedo

Nelson Roberto Requião

Moura

Paulo Tessari Coutinho

Raimundo Cruz

Nascimento

Roque Meliande

Diretorias Regionais

Bahia

Ronald Velame

Goiás

Mário Rassi

Pará

Carlos Nascimento

Pernambuco

Fernando Teixeira

Sergipe

Raimundo Cruz

Conselho de Ética

Alexandre Baltar

Cinthia Teixeira Galvão

Dante Degani

Eduardo Staino

Flavia Gabriela Oyo Franca

Guilherme Luna

Jussara Rocha Tibério

Luiz Felipe Seabra

Patrícia Bueno

Rosí Rosa

Tatiane Ollé

Comitê de Inovação e

Engenharia

Gustavo Paes

Coordenador

Comitê Jurídico

Cristiano Borges Castilhos

Coordenador

Comitê de Relações

Institucionais

Daniel Bógea

Coordenador

Comitê de Relações

Trabalhistas

Alexandre Nunes

Coordenador

Comitê Tributário

Hevelyn Cordeiro

Coordenadora

Jornalista Responsável

Viviane Nunes

MTB: 41631/SP

Diagramação

VN Comunicação

PARCERIAS SINICON

BDC CONSULTORIA	CURSOS E TREINAMENTOS
BIÓTICO CONSULTORIA AMBIENTAL	CONSULTORIA AMBIENTAL
BIS COMUNICAÇÃO VISUAL	CONFECÇÃO DE PLACAS PARA OBRAS
COLÉGIO INTEGRAL	CURSOS E TREINAMENTOS
CONEXIG BRASIL	CURSOS E TREINAMENTOS
EQUIPAMENTA	GESTÃO DE EQUIPAMENTOS
IBDIC	ACORDO DE COOPERAÇÃO
IBMEC	CURSOS E TREINAMENTOS
LASSES SOLUÇÕES LTDA	GESTÃO TRIBUTÁRIA
LEAN INSTITUTE	CURSOS E TREINAMENTOS
MASCARO TOUR	PASSAGENS E VIAGENS
PMI	CURSOS E TREINAMENTOS
RIGGING BRASIL	CURSOS E TREINAMENTOS
SITECH BRASIL	CURSOS, TREINAMENTOS E PRODUTOS
SODEP	GERENCIAMENTO DE FROTA
SPARK CORRETORA DE SEGUROS	SEGUROS
STAN CONSULTING	CURSOS E TREINAMENTOS
UVA	CURSOS E TREINAMENTOS
ZIGURAT	CURSOS E TREINAMENTOS

Mensagem do Presidente

Essa edição da publicação **SINICON em Revista** traz conteúdo abordando temas relevantes, contemporâneos e desenvolvimentistas como: tecnologia, evolução da Engenharia, por meio de depoimentos de importantes *players* brasileiros que tanto colaboraram e colaboram para a evolução da infraestrutura em nosso país.

Outro ponto, trata-se de ESG (*environmental, social and governance*) e suas implicações para o futuro das corporações.

Também aborda a colaboração para produtividade e competitividade do setor via a implantação da metodologia *lean* em projetos de alta complexidade.

Além de todos os temas citados, há a importante entrevista com o economista Cláudio Frischtack com o título **Infraestrutura no Brasil. E agora?**, que mostra a realidade do nível de investimento atual e futuro, para que o Brasil dê o salto digno de seu gigantismo.

Boa leitura!

Cláudio Medeiros
Presidente do SINICON



Arquivo Pessoal

**SINICON:
HÁ MAIS DE
60 ANOS PAVIMENTANDO
O FUTURO
DO BRASIL**



Infraestrutura no Brasil. E agora?

Cláudio R. Frischtak é o entrevistado deste mês na publicação 'SINICON em Revista'. Ele é Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); sócio gestor da Inter.B - Consultoria Internacional de Negócios; Diretor para Moçambique do International Growth Center (London School of Economics e Universidade de Oxford) e Consultor do Banco Mundial na área de integridade do setor público e ambiente de negócios. Foi "Principal Economist" da área de indústria e energia do Banco Mundial (1984-91), tendo participado e dirigido projetos em mais de 20 países. Tendo feito sua pós-graduação na Universidade of Campinas (1976-78) e em Stanford University (1980-84), foi ainda professor ("adjunct") na Universidade de Georgetown (1987-1990). É membro de vários conselhos institucionais e empresariais, incluindo o Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria e da Federação de Indústrias do Rio de Janeiro, o Conselho da Associação Brasileira de Operadores Logísticos e o Conselho de Administração da Wilson, Sons.

SINICON (S) - Como você analisa a questão de investimentos em infraestrutura, no Brasil?

Cláudio R. Frischtak (CF) - É necessário investir melhor, pois ainda há muito desperdício, má alocação de recursos. É preciso garantir melhor governança dos investimentos públicos em infraestrutura. Progredimos em alguns aspectos, pois há maior preocupação com esse tema, e um esforço de se introduzir avaliação mais rigorosa dos investimentos que passam pelo executivo, ou ao menos quando filtrados pelos Ministérios da Economia e Infraestrutura. Mas regredimos em outras dimensões, e talvez até de forma dramática. O exemplo mais patente é a Emenda do Relator – o chamado "orçamento secreto", cuja proposta para 2023 é de R\$ 20,4 bilhões. O problema é a péssima governança dos investimentos resultantes: sem planejamento, fiscalização,

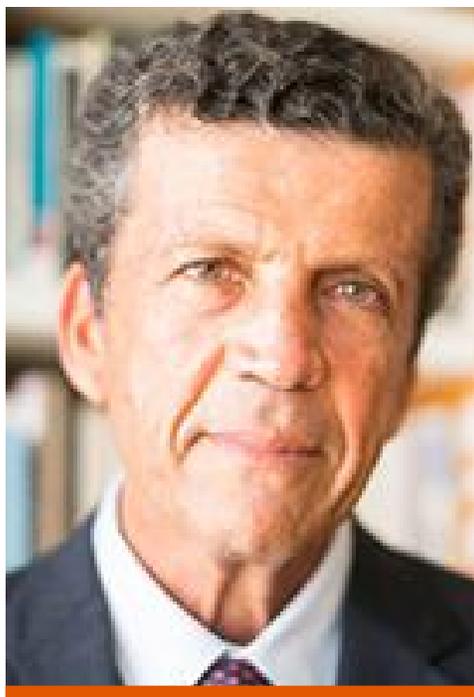
programação, análise de custo-benefício, cálculo da taxa social de retorno, para saber quais prioridades e onde alocar. Portanto, são dois problemas que temos que enfrentar nos próximos anos: necessidade de ampliação de investimentos públicos e principalmente privados, e melhorar a governança dos investimentos no seu conjunto, e dos que são financiados pelo setor público mais particularmente.

(S) – Como está o investimento no setor de infraestrutura?

(CF) - Atualmente, um terço dos investimentos é público (governos federal, estadual, autarquias, empresas estatais de economia mista, grandes municípios) e dois-terços privados. O setor público tem sub-investido em infraestrutura, inclusive ou principalmente pela falta de espaço fiscal,

além de fragilidades no processo de identificar e priorizar os investimentos de maior retorno, e alocando recursos por vezes com baixa racionalidade. O ano de 2023 não deverá ser muito diferente, exceto com maior restrições fiscais por conta do ciclo eleitoral de 2022 e os gastos incorridos, além de um crescimento mais modesto globalmente e na nossa economia. Enfim, 2023 será um ano duríssimo.

Ainda assim, é fundamental estabelecer melhor governança e critérios de priorização dos investimentos, e avançar numa reforma do Estado que abra espaço para ampliar os investimentos públicos de cerca de 0,6% do PIB (Produto Interno Bruto) para 0,9% a 1% do PIB ao longo dos próximos 4 anos. Já para o setor privado, que atualmente investe cerca de 1,1% do PIB, o esforço necessita ser maior tanto em termos



Cláudio R. Frischtak

absolutos como relativos, e deveria chegar 3% do PIB num período antes do final da década.

Para tanto, é preciso seguir uma agenda de melhoria do nosso ambiente de negócios, de redução da incerteza macroeconômica, de menor insegurança jurídica e maior previsibilidade regulatória, de recomposição da imagem do país para atrair maiores fluxos de investimento, inclusive com a adesão à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e de ampliação sistemática da carteira de projetos disponível seja a forma seja de concessões, autorizações ou PPPs (Parceria público-privada). É uma agenda que não é intransponível, mas necessita ser perseguida de forma consistente ao longo dos anos.

O esforço para melhorar a gestão macroeconômica no país, reduzir a volatilidade e assegurar as bases da sustentabilidade fiscal por meio de regras e instituições que confirmam

suporte às contas públicas é o alicerce para ampliar o investimento no país. Em certa medida, esse é o ponto de partida.

É necessário ainda reduzir o grau de insegurança jurídica no país. Levantamentos com empresas de pequeno, médio e grande portes, mostram que a segurança jurídica é percebida como uma das principais barreiras ao investimento, na medida em que muitas das decisões emanadas do judiciário e não são inteligíveis à luz do Direito. Dada a complexidade do tema, reduzir o grau de insegurança jurídica no país demanda uma agenda própria.

O mais sensato seria começar por uma interlocução mais construtiva com o Judiciário, em especial com os Tribunais Superiores, particularmente tentando sensibilizar os ministros desses tribunais, e ainda os desembargadores, das consequências econômicas de determinadas decisões, do seu impacto no médio e longo prazo para a sustentabilidade do crescimento do país. A própria LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - tratando das decisões do Judiciário, orienta que devem levar em consideração suas consequências, para a economia e sociedade, na tradição do Law and Economics, ou seja, que as decisões não devem ser tomadas em abstrato, com base numa doutrina que independa do tempo e do espaço.

Em matérias econômicas e regulatórias de grande complexidade ou repercussão, seria importante do ponto de vista da estabilidade do direito que a decisão fosse colegiada e documentada de forma plena. Finalmente, na medida do possível, deve-se introduzir cláusulas contratuais que prevejam o uso de Comitês de Resolução de Disputas e outros instrumentos que evitem a judicialização, extremamente elevada no país.

Ampliar os investimentos privados também depende de reduzir o grau de imprevisibilidade regulatória. Aqui deve-se trabalhar para reduzir a carga regulatória por meio de uma avaliação sistemática do impacto das decisões e das próprias regulações, em grande medida previsto na Lei das Agências de junho de 2019 (Lei n. 13.848). Ao mesmo tempo, deve-se garantir a independência das agências e sua autonomia técnica, administrativa e financeira. Infelizmente, em anos recentes, houve uma politização com as indicações para os cargos de direção das agências, que na prática muitas vezes são usadas como moeda de troca com o Congresso e partidos da base de sustentação do governo.

O resultado é a deterioração da qualidade das decisões das agências, o aumento do prêmio de risco regulatório, que se reflete nas taxas de retorno que investidores demandam, e um número menor de projetos viáveis.



É necessário ainda reduzir o grau de insegurança jurídica no país, que demanda uma agenda própria

(S)- Qual sua opinião sobre o financiamento para projetos de infraestrutura?

(CF) - Há de fato um problema de financiamento em infraestrutura no sentido de que o avanço do setor privado na modernização da infraestrutura do país implica em gradativamente fechar uma brecha de aproximadamente 2% do PIB, ou seja, uma demanda adicional de investimentos de ao menos R\$ 180 bilhões, o que seria uma meta factível para essa década. Alcançar essa meta irá necessitar do financiamento migrar gradativamente para novas estruturas, ampliando o papel do mercado de capitais, bancos e seguradoras, em torno do chamado project finance, forma de estruturar financiamento com base no fluxo de caixa dos projetos, e logo evitando o comprometimento (ainda maior) do balanço das empresas, que rapidamente não terão mais espaço para oferecer garantas.

Introduzir o Project Finance (suportado contratualmente pelo fluxo de caixa e tendo como garantias os ativos e recebíveis do projeto)

irá demandar uma mudança na cultura das garantias, algo entranhado há muito, e cuja mudança deveria ser liderada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com a constituição de plataformas de garantias, e em cooperação com bancos multilaterais, de forma que, daqui a alguns anos, os projetos sejam financiados basicamente por estruturas modernas. Já há um esforço nesse sentido, mas deve ser acelerado e ganhar escala.

(S): Com relação à OCDE. O Brasil deve aderir?

(CF): É preciso aderir à OCDE, essencial para ampliar os fluxos de investimento direcionados à infraestrutura e outros projetos de longo prazo. Porém, atualmente há certas disciplinas que não conseguimos atender, no que diz respeito a instituições e códigos de conduta no combate à corrupção, que foram fragilizadas em anos recentes, da mesma maneira como o compromisso crível com meio ambiente e os direitos fundamentais. A credibilidade e a reputação do Brasil está bastante abalada, e muitos em posição de poder têm um entendimento bastante limitado da importância global das questões: ambientais, da ameaça aos povos originários, e da ilegalidade e violência que vem se espalhando na Amazônia, com o aumento do desmatamento ilegal,

mineração em terras indígenas e poluição em escala dos rios, contrabando de madeira, ouro e outras riquezas extraídas à margem da Lei. Estes temas têm importância vital sob o ponto de vista da percepção do nosso país pela comunidade internacional e afeta diretamente o nosso *soft power*, a capacidade de influência brasileira, não pelas armas, mas pelas ideias, pela força da cultura do nosso país, do exemplo de civilidade e cooperação internacional. Existe um grande potencial de fluxos de investimento externos em infraestrutura; quase nada captamos dos estimados US\$100 bilhões que são anualmente alocados aos fundos direcionados para o setor. Temos: excesso de demanda de investimento em infraestrutura; uma ampla territorialidade; capacidade aquisitiva por ser uma país de renda média, média-alta; e uma carteira de projetos significativa, mas que pode rapidamente ser ampliada. Mas, é preciso garantir não apenas uma volta à normalidade, inclusive com menos polarização na sociedade, maior estabilidade e previsibilidade, mas um compromisso inarredável com a preservação do meio ambiente, particularmente – mas não apenas - com a Amazônia, a defesa dos povos originários, a luta contra a criminalidade, o uso predatório dos recursos naturais e um combate crível, diuturno à destruição da floresta, dos rios, da riqueza do nosso país.

RAMLIFT





Responsável pela execução de terminais marítimos como os de Santos e Rio Grande; o terminal de Regaseificação da Bahia e o Cais Comercial de Vitória/ES, o equipamento foi concebido por um projeto pioneiro da Carioca Engenharia. Faz em poucas horas o que os equipamentos convencionais levam mais de um dia para concluir.

A Carioca Engenharia, em seus 75 anos de atuação, sempre buscou soluções pioneiras que garantem agilidade, solidez e segurança em suas obras. Essa inquietude e protagonismo na busca do novo fez com que a empresa ultrapassasse as fronteiras da antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, para auxiliar no desenvolvimento de outras regiões carentes de projetos de infraestrutura. Ficou conhecida pelo seu histórico de qualificação, tecnologia, inovação e alta capacidade técnica em vários segmentos da Engenharia. Estradas, pontes e viadutos, ferrovias e sistemas de metrô, portos e terminais marítimos, aeroportos, barragens e obras de geração de energia, edificações, urbanização e saneamento são alguns exemplos.

Um dos diferenciais trazidos pela Carioca ao mercado foi o uso de novas ferramentas para a fundação das bases de portos e pontes em áreas de grande profundidade. As peculiaridades do solo, em terra e sob as águas, aliadas às demais características da área, tornaram necessária a introdução de outras técnicas, na fase de fundação, para a colocação das estacas tubadas e pré-moldadas de até 60 metros de comprimento. Com isso, a empresa conta com um bate-estacas flutuante conhecido como Ramlift, um equipamento gigante de cerca de 45m de comprimento, 17m de largura e mais de 50 m de altura da torre. Sua energia de cravação é de mais de 20 toneladas-metro, dotado de martelos hidráulicos ou pneumáticos à vapor ou ar comprimido.

Outro importante ganho incorporado pelo Ramlift foi o tempo gasto para a fundação da estaca, que passou a ser feito em poucas horas. Um equipamento convencional desprende mais de 1 dia por estaca, com o agravante de que a soldagem dos segmentos seria executada no mar, sem a qualidade proporcionada pela soldagem realizada no canteiro de obras.

Segundo Gustavo Maschietto, diretor de Engenharia e Operações da Carioca Engenharia, tais inovações levam em conta as especificidades técnicas da área de construção pesada e envolvem equipes altamente qualificadas, buscando segurança, qualidade e rapidez na execução. Os terminais marítimos de Santos e Rio Grande; o terminal de Regaseificação da Bahia e o Cais Comercial de Vitória/ES são alguns dos empreendimentos que exemplificam o uso do Ramlift.

Outro ponto destacado por Maschietto é a utilização em escala cada vez maior do uso do georreferenciamento nas obras. Ele permite o “casamento” de uma metodologia tradicional e necessária a uma gestão mais rápida de todas as etapas da obra, permitindo por exemplo, o trabalho noturno, praticamente duplicando a produção diária. É essa agilidade que permite à Carioca ser referência no mercado em construção pesada.

Carioca Engenharia – Empresa nascida no Rio de Janeiro há 75 anos, possui um histórico de tradição, qualificação, tecnologia, inovação e alta capacidade técnica em vários segmentos da Engenharia - estradas, pontes e viadutos, ferrovias e sistemas de metrô, portos e terminais marítimos, aeroportos, barragens e obras de geração de energia, edificações, urbanização e saneamento. No setor portuário e de terminais marítimos, são projetos assinados pela Carioca o Terminal ThyssenKrupp CSA (RJ), Cais Comercial CODESA (ES), GNL Baía de Guanabara (RJ), Porto de Alumar (MA), Terminal Petroleiro de Baía de Ilha Grande (RJ), Estaleiro Inhaúma (RJ), Molhes do Rio Grande (RS), Superporto do Açú (RJ), Estaleiro Jurong Aracruz (ES), GNL Bahia (BA). Também são projetos da Carioca a urbanização de Rio das Ostras (RJ), Calha do Tietê (SP), Rios da Baixada (RJ), SEHAB Paraisópolis (SP) e Mananciais (SP), entre outros. Dentre os emblemáticos, também tiveram participação da Carioca: Museu do Amanhã (RJ), Riocentro (RJ), Cidades das Artes (RJ) e Marquês de Sapucaí (RJ)



SIGA O SINICON NAS REDES SOCIAIS!

As nossas Redes Sociais são atualizadas constantemente. Assim, você tem acesso mais fácil e rápido às notícias relacionadas ao setor da construção pesada-infraestrutura.

Clique e acesse agora:



/siniconsindicato



/siniconsindicato



@Sinicon_



@siniconsindicato



SINICON SINDICATO



(61) 3223-3161

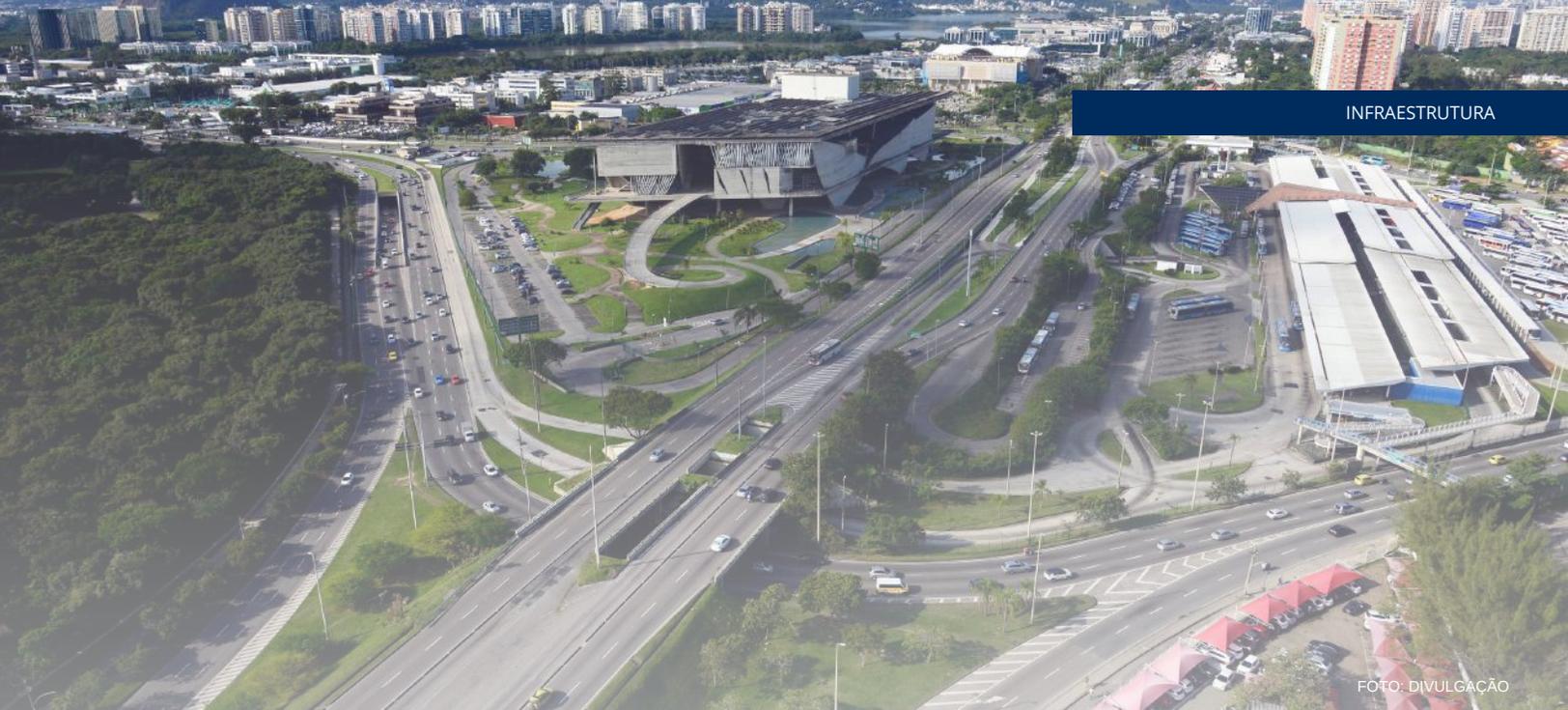


FOTO: DIVULGAÇÃO

BRT TRANSOESTE INICIA TRABALHOS

A prefeitura do Rio de Janeiro iniciou as intervenções para requalificação do lote 1 do BRT Transoeste.

A obra, que está sendo executada pela OEC, prevê a substituição do pavimento com recuperação estrutural da base no trecho que compreende o Terminal Alvorada, na Barra, até o Túnel Vice-presidente José Alencar, no Recreio, e nos dois sentidos da Avenida das Américas.

O objetivo é melhorar o tráfego e garantir a longevidade da estrutura de acordo com o fluxo de veículos e nível de carga diariamente transportada nestas vias.

Ao todo serão 36 km de obras, que contemplam também uma travessia entre os corredores dos BRTs Transoeste e Transolímpico, melhorias em retornos e alças de acesso ao longo do trecho, garantindo maior fluidez no trânsito local. A previsão é que a obra dure 18 meses e gere cerca de 500 empregos no pico dos trabalhos.



FOTO: Canva

FOTO: DIVULGAÇÃO

Melhorar o tráfego e garantir a longevidade da estrutura



FOTO: DIVULGAÇÃO

TENENGE MARCA PRESENÇA NA 20ª EDIÇÃO DA RIO OIL & GAS

Empresa tem histórico de importantes obras entregues nos seus quase 70 anos de existência

Para apresentar os diferenciais de seu portfólio destinado ao mercado industrial, a Tenenge esteve presente em mais uma edição da Rio Oil & Gas, no Rio de Janeiro (RJ), considerada a maior feira do setor na América Latina. O evento foi realizado entre os dias 26 e 29 de setembro, no Boulevard Olímpico, localizado na região portuária da capital fluminense e recebeu cerca de 40 mil participantes nos quatro dias.

Ao longo de sua história, a empresa realizou 18 usinas termelétricas responsáveis pela geração de mais de 6 mil MW de energia para todo o Brasil, 16 plantas químicas e petroquímicas, nove plantas de papel e celulose, mais de 5 mil quilômetros de gasodutos, além de obras marítimas, plataformas e serviços offshore e usinas de bioenergia. A empresa tem uma tecnologia proprietária para planejamento e execução de empreendimentos, o SGP (Sistema de Gerenciamento de Projetos), composto por diversas ferramentas desenvolvidas in-house ao longo dos mais de 2.000 projetos realizados.

Aprendizagem - Um dos equipamentos que a Tenenge levou à 20ª edição da Rio Oil & Gas foi o simulador de uma escavadeira hidráulica (EC210B da Volvo). O equipamento, utilizado para acelerar o processo de aprendizagem nos canteiros, tem auxiliado na realização de tarefas pertinentes com segurança e economia e será usado nas obras do trecho 5 do Canal do Sertão, em Alagoas.

Atualmente, a Tenenge executa o projeto de expansão da planta de Eteno Verde para a Braskem, no Rio Grande do Sul; o projeto do fechamento do ciclo combinado da Usina Termelétrica de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, para Furnas; e a construção do Terminal Gás Sul para a New Fortress Energy, em Santa Catarina; manutenção industrial para Acelen na Bahia e para a Braskem, nos estados de Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Além disso, atua na aquisição de insumos para a construção do Terminal Oceânico de Barra do Dande, em Angola, empreendimento da Sonangol.

A TRÍADE ESG + INTEGRIDADE E O IMPACTO NA ATUAL RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

A nova onda ESG ou ASG [1], pautada na sustentabilidade, mais que uma onda ou tendência, sugere o surgimento de uma megatendência de mercado em todos os segmentos da economia.

Investidores, financiadores e demais *stakeholders* exigem práticas sustentáveis das empresas num contexto muito bem-vindo, onde infinitas são as possibilidades e as vantagens para toda a sociedade.

Ainda que se reconheça a força do acrônimo, fato é que boa parte das demandas ASG encontra-se espelhada e em perfeita sintonia com um movimento anterior - não menos importante e em plena vigência - exigido das empresas privadas no campo da ética e integridade. Seguramente, os conceitos de Integridade são intrínsecos àqueles inerentes aos do ASG, claramente identificados nos pilares governança, social e ambiental.

Sabe-se, porém, que, para que tudo isto se torne realidade, acionistas, conselheiros e o corpo diretivo das empresas devem abraçar a causa e é fundamental, ainda, o engajamento e a responsabilidade de todos os colaboradores na adoção concreta de ações que possam tornar o mercado cada vez mais transparente e em harmonia com as exigências ASG.

Dentro do compromisso internacional firmado pelo Brasil perante a ONU em 2015, foram fixadas metas e estratégias de desenvolvimento sustentável [2], e, no âmbito nacional, foi instituída a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020 – 2031)[3], que estabelece metas-alvo aos órgãos e entidades da administração pública, a serem perseguidas em seus planejamentos e ações, metas estas compostas por 5 (cinco) eixos, que trazem, por sua vez, desafios e orientações de cunho ambiental, social e de governança, dentre outros.

Nesse contexto, a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) reflete o compromisso assumido perante a ONU, as metas nacionais para o desenvolvimento sustentável, com a adoção de critérios ESG, e traz mais um grande incentivo aos players do mercado na adoção de um programa de integridade eficaz e de processos licitatórios que sejam baseados no planejamento, na gestão e governança. É verdade que a implantação de programas de integridade foi tratada anteriormente na Lei 12.846/13, e em seu Decreto regulamentador, com o mecanismo da atenuação de sanções, e em várias leis estaduais para exigir a existência ou implantação de programas, conforme certos critérios e parâmetros, em caso de contratação pública naqueles Estados.

No que diz respeito às contratações de grande vulto [4], é preocupante a permissão para que a implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor ocorra em 6 (seis) meses após a assinatura do contrato, na medida em que esse prazo é, indiscutivelmente, muito desafiador para que um programa possa ser implementado em todos os seus pilares e possa ser efetivo e praticado como verdadeira cultura da organização. Embora possam ser questionados aspectos de violação do caráter competitivo da licitação, em nosso entendimento, na realidade, toda empresa que pretenda participar de oportunidades no setor público deveria ter de antemão a cultura de Compliance arraigada.

Assim, melhor seria que fosse exigência a cumprir de imediato, até porque essa discussão pode se eternizar em paralelo à execução do contrato, caso o Programa apresentado não atenda aos pilares geralmente aceitos pelas boas práticas e o agente fiscalizador não ateste a sua eficácia.

Sobre indicar os programas como critério de desempate entre licitantes, não deixa de ser um prestígio, mas dificilmente isso será aplicado, pois tal critério somente será utilizado caso sejam ultrapassados (i) a disputa final dos licitantes empatados, (ii) a avaliação de desempenho contratual prévio, e (iii) o desenvolvimento de ações de equidade de gênero, mais uma boa novidade ESG na nova Lei de Licitações. Importante, ainda, manter a lógica da implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade como atenuante de sanções administrativas e condição para reabilitação do licitante punido.

Em suma, a despeito das louváveis inovações legislativas, que estão em plena consonância com o interesse público, esperamos que a regulamentação específica da nova Lei de Licitações, que certamente se avizinha, possa estabelecer cuidadosamente requisitos e parâmetros razoáveis para a aferição da eficácia dos programas de integridade dos licitantes vencedores e para a capacitação técnica dos agentes públicos que terão o dever de proceder àquela aferição.

De todo modo, há pontos que devem ser objeto de reflexão.

O primeiro deles reside na razão de não se exigir a implantação de Programas de Integridade para todos os órgãos da Administração Pública, em todas as suas esferas, a partir do bom exemplo previsto na Lei de Empresas Estatais, nesse caso para as empresas públicas e sociedades de economia mista. Eventualmente, a matéria pode vir à tona por meio de lei específica, inspirada na EFD 2020 – 2031, que tangencia o tema quando elege como desafios e orientações do Eixo Institucional “identificar e difundir boas práticas de governança de programas e instituições públicas” e “aprimorar os mecanismos de transparência, de prestação de contas, de gestão de integridade, riscos e controles internos e de participação e controle social”.

Há de se garantir na interlocução público-privada as melhores práticas, transparência, ética e integridade de todos os atores envolvidos no processo. É algo que deveria permear, portanto, toda a Administração Pública, em suas várias esferas, especialmente em Estados e municípios, não obstante alguns bons exemplos existam no tratamento do tema. Afinal, a prevenção da corrupção é tarefa de ambos os setores, público e privado.

De algum modo, a Lei de Licitações já exige uma postura diferenciada da Administração Pública, ainda que limitado aos processos licitatórios e não ao funcionamento geral de seus órgãos e entidades na interlocução com o setor privado. A esse respeito, cabe destacar que a Lei de Licitações previu em seu artigo 11, parágrafo único, que a alta administração será a responsável pela governança das contratações e deverá implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos.

No entanto, a importância e o alcance trazidos ao tema pela Lei de Licitações assumem, sem dúvida, maior relevância e alcance, apesar de carecer de regulamentação específica no particular.

Tal previsão alinha-se com a Lei das Estatais [5], especialmente em relação aos artigos 6º e 9º, que trazem expressos regramentos referentes aos mecanismos de gestão para empresas públicas e sociedades de economia mista.

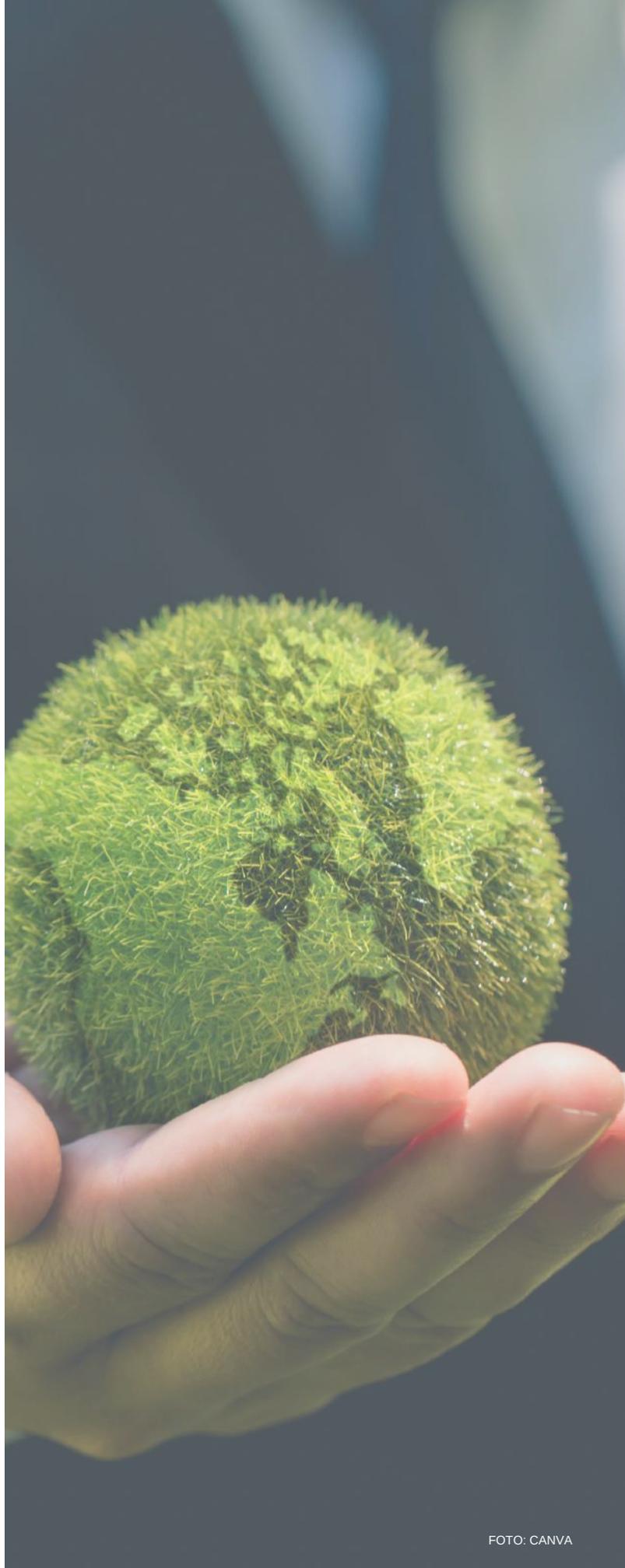
Em relação aos critérios que serão considerados pela Administração Pública para aferir a eficácia dos Programas de Compliance das empresas vencedoras dos certames, registre-se que, para a sua gestão eficiente, o agente público precisará deter conhecimentos específicos sobre o tema.

No que diz respeito às contratações de grande vulto [6], é preocupante a permissão para que a implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor ocorra em 6 (seis) meses após a assinatura do contrato, na medida em que esse prazo é, indiscutivelmente, muito desafiador para que um programa possa ser implementado em todos os seus pilares e possa ser efetivo e praticado como verdadeira cultura da organização. Embora possam ser questionados aspectos de violação do caráter competitivo da licitação, em nosso entendimento, na realidade, toda empresa que pretenda participar de oportunidades no setor público deveria ter de antemão a cultura de Compliance arraigada.

Assim, melhor seria que fosse exigência a cumprir de imediato, até porque essa discussão pode se eternizar em paralelo à execução do contrato, caso o Programa apresentado não atenda aos pilares geralmente aceitos pelas boas práticas e o agente fiscalizador não ateste a sua eficácia.

Sobre indicar os programas como critério de desempate entre licitantes, não deixa de ser um prestígio, mas dificilmente isso será aplicado, pois tal critério somente será utilizado caso sejam ultrapassados (i) a disputa final dos licitantes empatados, (ii) a avaliação de desempenho contratual prévio, e (iii) o desenvolvimento de ações de equidade de gênero, mais uma boa novidade ESG na nova Lei de Licitações. Importante, ainda, manter a lógica da implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade como atenuante de sanções administrativas e condição para reabilitação do licitante punido.

Em suma, a despeito das louváveis inovações legislativas, que estão em plena consonância com o interesse público, esperamos que a regulamentação específica da nova Lei de Licitações, que certamente se avizinha, possa estabelecer cuidadosamente



requisitos e parâmetros razoáveis para a aferição da eficácia dos programas de integridade dos licitantes vencedores e para a capacitação técnica dos agentes públicos que terão o dever de proceder àquela aferição. Que, com a evolução e prática da nova lei, a implantação de programas de integridade seja condição imediata para contratações públicas, bem como não sejam limitadas às obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.

Por derradeiro, esperamos que, oportunamente, as melhores práticas no campo da ética e da integridade sejam exigidas em regra de entidades e órgãos da Administração Pública nas esferas federal, estadual e municipal, e possam instrumentalizar o diálogo e a interação público-privada dentro do maior rigor de legalidade e transparência e contribuir com o árduo desafio de prevenção da corrupção no nosso país.

SOBRE OS AUTORES



Flávia Galvão

Advogada da Queiroz Galvão S.A; Gestora de Compliance da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e membro do Compliance Women Committe/RJ.



Luiz Felipe Seabra

Chief Compliance Officer - Queiroz Galvão S.A.

[1] Em inglês, a sigla representa Environmental, Social and Governance; em português, Ambiental, Social e Governança – ASG.

[2] Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº12, meta nº 7.

[3] Decreto nº 10.531/2020.

[4] Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

[5] Conforme artigo 6º, inciso XXII, da Lei de Licitações, e a atualização prevista no Decreto nº 10.922/21.





Foto: Canva

ESG, comunicação e saneamento básico

Na última década, o ESG (environmental, social and governance) tornou-se um foco importante da administração corporativa e dos conselhos. Estudos mostram que à medida que pessoas da geração Z (25 a 40 anos) se tornam funcionários, investidores e consumidores, elas estão observando atentamente as ações corporativas positivas e recompensando-as com lealdade. A atenção às questões de ESG está se tornando crítica para o sucesso competitivo no longo prazo, impactando não só as decisões de compra, mas também os resultados financeiros e a percepção de marca.

As empresas que operam serviços de saneamento básico em cidades de diferentes portes e diversidades culturais, têm os preceitos do ESG impregnados em seu negócio, captando, tratando e distribuindo água potável, coletando e tratando os esgotos, sem contar com os serviços de drenagem urbana e coleta de resíduos, que impactam diretamente a qualidade de vida e saúde das pessoas, do meio ambiente, além de promover o desenvolvimento socioeconômico das cidades.

Focando nas concessões públicas ou privadas do setor, um monopólio, com longos contratos, em média de 30 anos, o equivalente a pelo menos sete

mandatos municipais, serviços totalmente integrados com os usuários, a comunidade e meio ambiente, onde se conectar com a diversidade local e adequar a companhia para operar dentro dessa variedade, se torna imprescindível um bom relacionamento para a saúde do negócio. Por isso entendemos que a sustentabilidade é um tema transversal, com visão de longo prazo e vem ressignificando o serviço, levado as empresas bem mais próximas de seus públicos, com abertura de diálogos, conexões e engajamento, beneficiando todos os envolvidos.

Considerado como tema transversal às organizações, a sustentabilidade é entendida como o equilíbrio ambiental, social e econômico nos processos, projetos e ações que perpassam todas as áreas e níveis da empresa gerando impactos positivos para seu entorno e sociedade, sempre com engajamento de seus stakeholders.

Ouvir todos os stakeholders, principalmente antes do início da operação, é de fundamental importância para que a empresa inicie suas operações com conexões estabelecidas e relacionamento aberto, tornando mais fácil sua atuação com licença social para operar, através de uma conexão espontânea, transparente e orgânica.

E a comunicação onde entra nesse processo? É ela que traz a temática à tona, mapeia os stakeholders e ajuda cada um a interpretar as nuances para deflagrar narrativas, utilizando ferramentas apropriadas, para que todos se envolvam e participem do propósito. O início do processo é a abertura do diálogo com colaboradores e demais públicos para saber o que eles entendem sobre o assunto, seguindo para um autodiagnóstico dos processos objetivando torná-lo efetivo, obedecendo metas econômicas, financeiras, além de mapear e identificar possíveis infrações em comportamentos ambientais, limites éticos e sociais. Tais práticas, alinhadas com diretrizes mundiais, resultam em respeito, cuidado e preocupação com o bem-estar e diversidade dos funcionários, na prestação de serviços com alta qualidade, integração e engajamento com a comunidade, proteção ambiental, lucro a seus acionistas e de quebra, construção de boa imagem e reputação.

Não é de hoje que as pessoas observam e cobram das empresas uma coerência entre propósito e atuação efetiva em relação a temas como diversidade, governança e sustentabilidade. A oportunidade dos consumidores se manifestarem publicamente via plataformas digitais apenas acentuou esse cenário. Some-se a isso um mundo abalado pela primeira pandemia da era da internet, com questões políticas e sociais na pauta do dia, todos os dias: o resultado é que até mesmo não se posicionar deixa de parecer isenção e soa como omissão. Definitivamente, não há mais zona de conforto para as marcas.

A pandemia ampliou os holofotes sobre os valores da marca, colocando ainda mais em destaque a forma como as empresas se conectam e tratam seus stakeholders. À medida que o Covid-19 se espalhou, destruindo empregos e escancarando a desigualdade social do nosso País, tornou-se urgente para os profissionais de comunicação elevar, compartilhar e divulgar as ações de justiça social, proteção ambiental e gestão ética que estavam sendo tomadas para minimizar os impactos da maior crise sanitária mundial de todos os tempos. Este diálogo precisa continuar e a comunicação da agenda em torno do ESG vai permitir que as empresas se alinhem publicamente com valores que impactam a percepção de marca.

Se a sua empresa está pronta para colocar o ESG na vanguarda de seus esforços de marketing e comunicação, vai ser necessário criar uma estratégia para compartilhar a sua história, identificando o que torna a sua empresa única. Da declaração da missão às mídias sociais, da comunicação interna (endomarketing) à comunicação externa e institucional, das relações com investidores às interações com o público em geral, a narrativa deve ser simples, integrada e consistente. É importante encontrar um foco e concentrar-se em questões que se integrem bem aos valores, objetivos e setor da sua empresa. É fundamental também garantir que o conteúdo seja informativo e, por fim, embora o ESG seja uma prioridade, o desempenho e os produtos e serviços de uma empresa ainda são os principais fatores nas decisões de investimento e consumo. Assim, destacar a conexão direta entre sustentabilidade, retornos superiores e mitigação de riscos, vai contribuir para fortalecer a comunicação dos esforços em torno do ESG.

Entretanto, abordar o ESG requer um compromisso com a mudança transformadora. Exige que esteja na agenda diária das organizações. Exige liderança, visão ampla e gestão sobre os riscos atrelados ao tema, assim como as possíveis crises e implicações que possam surgir caso a empresa não consiga atender às expectativas e demandas dos seus stakeholders. Uma comunicação efetiva em torno do ESG precisa ser o resultado de um esforço verdadeiro, que move todos na direção certa, juntos, para que possam ver mais, ir mais longe e agir mais rapidamente para fazer as mudanças necessárias.

Descobrir sua verdade e agir com consistência é o maior desafio das empresas numa época em que as pessoas cada vez mais olham para as marcas como fontes de informação, descompressão, estabilidade e segurança. Para garantir sua perenidade nos próximos anos, as marcas devem progredir em linha com a sociedade, adaptando-se às mudanças, sem perder sua essência. Por isso, é primordial estarem atentas às conversas que estão acontecendo e entender o que é relevante para as pessoas em diferentes momentos, adaptando seu tom de voz e seus discursos, mas sempre refletindo-os de forma verdadeira no mundo real. Se engajar e se posicionar é um caminho sem volta, assim como estar aberto a olhar as críticas com humildade, sensibilidade e visão de aprendizado. Essa consciência é o pressuposto para se manter sempre relevante em um mercado em constante transformação.



SOBRE A AUTORA



ANA RIZZO

Relações Públicas pela PUCCamp. Pós-graduação em comunicação e marketing pela ESPM e MBA em Administração e Negócios pela FGV, trabalhou 10 anos como Head de Comunicação em operações privadas de saneamento e há 15, é consultora em comunicação e engajamento atendendo empresas do setor de infraestrutura com especial foco nas fases de transição de públicas para privadas (takeover).

LEAN INTEGRA E OTIMIZA TODAS AS ETAPAS EM PROJETOS EPC - ENGINEERING, PROCUREMENT, AND CONSTRUCTION

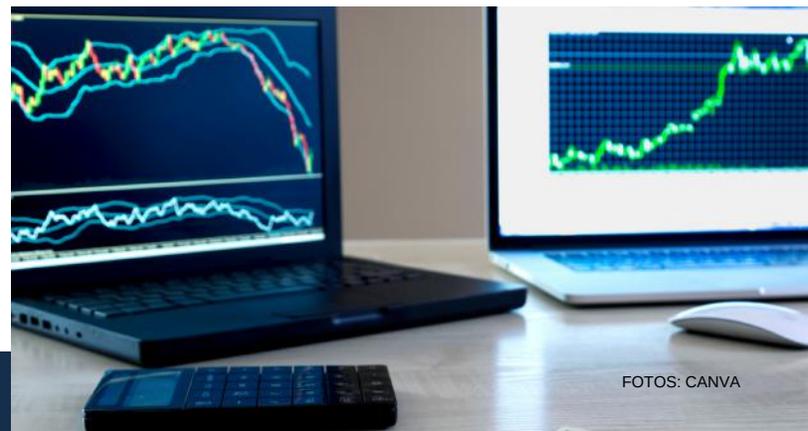
O lean na etapa de construção já vem ampliando sua aplicação, sendo utilizado, em grau maior ou menor, por diversas empresas de construção pesada com resultados comprovados. Poucas, entretanto, descobriram os enormes benefícios que também podem ser obtidos com a aplicação integrada do lean na engenharia, compras e logística

Grandes projetos de construção requerem grandes investimentos, envolvem diversos atores, possuem um longo prazo de execução e necessitam de um elevado número de fornecedores e de uma grande equipe técnica especializada. Nesse cenário, o modelo de contratação tradicional DBB (*Design-Bid-Build*), ao segmentar essas etapas, gera diversos problemas, bastante conhecidos do setor, dentre os quais as potenciais desconexões e conflitos de responsabilidades entre engenharia e execução.

A definição de um único interlocutor para todo o projeto e a busca de maior sinergia e otimização entre engenharia, compras e construção, tem motivado contratantes a utilizarem cada vez mais o modelo EPC de contrato (*Engineering - Procurement - Construction*).

A empresa que executa um projeto na modalidade EPC (conhecida como EPCista) tem a grande oportunidade de integrar essas etapas, eliminando desperdícios, otimizando processos, incentivando e propiciando momentos de colaboração. Podendo, assim, reduzir prazos e custos, maximizar a qualidade e entrega de valor para o cliente, e ao mesmo tempo aumentar sua competitividade e resultados.

As enormes pressões competitivas fazem com que seja praticamente obrigatória a aplicação do *lean*, de maneira integrada, nos projetos EPC. Contratantes e EPCistas que não partam para esse passo desperdiçam enormes oportunidades de maximizar seus objetivos e resultados. Vejamos alguns exemplos de formas bastante efetivas de aplicação do *lean* em cada etapa.



Lean na Engenharia

Grandes projetos demandam soluções técnicas complexas, e a elaboração dessas soluções requer a interação de equipes multidisciplinares. A aplicação do *lean* na engenharia potencializa a inovação, através das sessões colaborativas de desenvolvimento de projeto, conhecidas como CDS (do inglês, *Collaborative Design Sessions*).

Essas sessões permitem que as diversas disciplinas de engenharia, suprimentos, fornecedores chave, executores e contratantes interajam e se unam e tragam seus conhecimentos específicos para desenvolver as soluções técnicas adequadas ao contexto específico do projeto. E com isso alinham objetivos e maximizam a construtibilidade.

A colaboração pode ser enormemente potencializada com a utilização de BIM (*Building Information Modeling*), que facilita enormemente a simulação e discussão de alternativas, e vem sendo utilizado cada vez de forma mais frequente em grandes projetos.

No desenvolvimento de um projeto outros conceitos *lean* podem ser aplicados, como a engenharia simultânea, engenharia de valor e target cost, visando simplificar e gerar soluções criativas para melhorar a qualidade e sustentabilidade, bem como para minimizar os custos de investimento e operação, de forma a maximizar o valor entregue ao cliente.

O próprio gerenciamento da engenharia muda, utilizando o conceito *lean* do planejamento puxado, no qual todas as partes são envolvidas. Durante essas interações, são identificadas as demandas de cada área e as interferências, buscando de maneira integrada formas de maximizar o resultado final do projeto, tratando potenciais conflitos entre as partes.

Por exemplo, engenharia definindo especificações avançadas para a compra de itens de longo *lead time*, e disciplinas liberando etapas de projeto detalhado, puxadas pela sequência de fabricação e montagem.

Adicionalmente, essa colaboração pode ser estimulada com o uso de mais um conceito *lean*: o IPD – *Integrated Project Delivery*, através do qual contratantes criam mecanismos de compartilhamento de riscos e benefícios decorrentes das melhorias geradas pela equipe de projeto e construção.

Lean em Suprimentos

No setor da construção de grandes projetos, é comum ouvir que o setor de suprimentos pode decidir o resultado da obra. Isso acontece devido à importância dos processos de compras atrelados à logística de entrega dos materiais e equipamentos, muitos deles importados. Soma-se ainda a esses processos as contratações de serviços e mão de obra especializados.

Com o *lean*, num macro sistema puxado aplicado ao empreendimento, busca-se antecipar as demandas de acordo com a necessidade do ritmo da obra. Isso permite que o setor de suprimentos possa realizar processos de seleção de fornecedores de maneira eficaz e concluir com boas negociações de preços, possibilitando também providências referentes a itens de longo *lead time* a tempo, de forma que não comprometam a montagem na obra.

Nos processos de compras e logística, a comunicação e a colaboração entre os setores são melhoradas nas chamadas rotinas de remoção de restrições. Nessas rotinas, a partir de sessões semanais colaborativas entre engenharia, compras, produção e planejamento da obra, são identificadas as atividades que podem interromper o início de alguma atividade em campo, com antecedência, gerando ações rápidas de ajustes sempre que necessário.

A logística de entrega de materiais e equipamentos, quando não é bem planejada e executada, gera grandes problemas para a obra. Essa falha gera desperdícios relacionados à disponibilização de local para armazenamento, à necessidade de movimentação de materiais e equipamentos, à alocação de mão de obra para movimentação e transporte, à perda de materiais danificados durante as movimentações, entre outros.

O conceito *just-in-time*, típico do *lean*, visa disponibilizar o material ou o equipamento correto na hora certa da maneira certa. Este conceito faz uso de um planejamento detalhado e preciso que estuda as necessidades da obra, avalia as características dos materiais e equipamentos, analisa e otimiza as interferências durante o transporte e as movimentações até o ponto final de destinação. Aplica intensamente princípios, com a gestão visual e minimização de movimentações desnecessárias no canteiro.

Lean na construção

Esta é a etapa onde o *lean* já vem sendo mais aplicado, mas em muitos casos, apenas parcialmente, não aproveitando toda a potencialidade do conceito.

Durante a fase de construção a aplicação dos princípios *Lean* continua com o planejamento puxado para execução. Por exemplo, puxando a execução de etapas da obra a partir da sequência de entrega e montagem dos equipamentos principais.

Após definir a sequência de execução das construções, os esforços devem ser direcionados para a criação de fluxo contínuo de produção. Com a adoção do planejamento por *takt* é possível balancear as atividades durante a execução de cada etapa de construção, minimizando a os recursos necessários.

A execução desse planejamento ritmado é acompanhada de rotinas *lean* de gerenciamento semanal e diário. Um dos pilares do *lean* encontra-se nas pessoas e na comunicação entre elas, e é por isso que são utilizadas intensamente a gestão visual e interações frequentes. Essas práticas buscam deixar claros os padrões e metas, expor desvios que ocorram e estimular a rápida reação e correção na base, mantendo o executado mais aderente ao planejado.

Muitas empresas conhecem e aplicam somente as ferramentas de planejamento e controle *lean*, que são fundamentais e trazem enormes resultados de aumento de produtividade e redução de prazos, mas é importante também aplicar conceitos *lean* na otimização micro, que se refere a como o trabalho é realizado. Nesse sentido, ferramentas de eliminação de desperdícios e estabelecimento de trabalho padronizado são fundamentais, e devem ser aplicadas com a participação e contribuição das equipes de campo. Através dessas práticas, são estudadas e planejadas diversas ações, visando tornar o trabalho mais seguro, produtivo e de qualidade.

Lean no gerenciamento geral do projeto

Mais do que ser aplicado em cada etapa, o *lean* dará mais resultados se aplicado como filosofia de gestão no projeto todo. A adoção dos princípios de *lean* desde a concepção do projeto é decisiva na criação de uma cultura de transparência e de colaboração, que gere maior engajamento das partes envolvidas. Essa Cultura *Lean*, além de melhorar a comunicação entre cliente e as áreas de engenharia, suprimentos e construção, busca trazer subcontratados chaves para interagir e melhorar os processos.

O conceito de *Obeya* quer dizer sala grande e se assemelha as iniciativas conhecidas como: "War Room", "torre de controle" e outros. Essa rotina *lean* consiste na combinação de ampla gestão visual, dinâmicas de reunião colaborativa, e no foco em resolução de problemas e antecipação de cenários, com uns objetivos claros e bem definidos e acordados.

A adoção dos princípios *lean* pode ocorrer também nos escritórios e setores administrativos que suportam os projetos de construção, e é chamada de *Lean Office*. Sua implementação tem sido combinada com rotinas ágeis (que têm sua origem no *lean*) e com a aplicação de tecnologias, no que chamamos de transformação *lean* digital. Pode ser aplicado para otimizar todas as atividades do escritório corporativo que apoiam o projeto, bem como nos fluxos de informação entre as especialidade e etapas. Pode-se também aplicar o *lean office* para otimizar os processos administrativos na obra, reduzindo custos indiretos, que em geral são bastante significativos em grandes projetos.

As empresas de construção pesada possuem em geral sistemas de gerenciamento sofisticados, mas muitas vezes pesados e pouco eficientes, o que gera dificuldades frente às crescentes demandas do mercado. Perdem uma grande oportunidade de modernizar e agilizar suas práticas, se não explorarem as enormes potencialidades da aplicação intensiva do *lean* nos projetos de EPC. Isso pode ser mais fácil do que se imagina, se for utilizado o princípio *lean* de pequenos ciclos de aprendizado.

O Lean Institute Brasil (LIB) tem convênio de cooperação com o Sinicon, visando a busca de melhores e maiores resultados para clientes e fornecedores através da utilização eficiente do sistema *lean*.

Entre em contato para mais informações: www.lean.org.br

SOBRE OS AUTORES



Flavio Picchi

Presidente do *Lean Institute* Brasil



Carlos Januncio

Gerente de Projetos do *Lean* no *Lean Institute*

Desafios do saneamento brasileiro: perspectivas para 2023



**21
NOV
9H**

REALIZAÇÃO



**Mais informações: (11) 97620-6208
diretoriainstitucional@sinicon.org.br**



**Vagas limitadas
Evento Híbrido**

SAVE THE DATE



**22
NOV
10H**

REALIZAÇÃO



SEGURO GARANTIA

Saiba quais são as mudanças do regimento legal envolvendo o Seguro Garantia

**Mais informações: (11) 97620-6208
diretoriainstitucional@sinicon.org.br**



**Vagas limitadas
Evento Híbrido**

O que o SINICON faz por suas associadas?



Negociações Coletivas de Trabalho

As negociações coletivas têm influência direta no custo da mão de obra, que representa mais de 40% das despesas do setor da Construção Pesada-Infraestrutura no Brasil. Um processo mal sucedido terá um efeito negativo sobre parcela significativa do valor de uma mão de obra. A reforma trabalhista trouxe importante transformação na relação sindical, com a predominância das negociações coletivas, fixando a prevalência do acordado sobre o legislado.



Poder de Representação

O SINICON detém representação junto à Confederação Nacional da Indústria - CNI, Federações das Indústrias e Associações. A atuação em conjunto com essas entidades objetiva o interesse comum do setor.



Representação Jurídica

Em ações coletivas, na defesa de interesses da categoria em todo o território nacional.



Consultoria Técnica

Consultoria sobre os temas: trabalhista, tributário, processos licitatórios e legislação ambiental, com elaboração de pareceres técnicos



Políticas Públicas

Acompanhamento de medidas de impacto nas atividades do setor: licitações, meio ambiente, financiamento, trabalhista e tributária. Defesa das pautas de interesse do setor junto ao Executivo e ao Legislativo, por meio de um processo de interação permanente com seus representantes.

Conheça
mais sobre
o SINICON

[Clique AQUI](#)



Entre em contato:
sinicon@sinicon.org.br



Foto: Canva
Fonte: Agência Brasil

Câmara aprova MP que dá autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados

A MP segue ao Senado e precisa ser votada até o dia 24 de outubro para não perder a validade

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na segunda semana de outubro a Medida Provisória 1124/22, que concede independência administrativa e financeira à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão federal responsável por fiscalizar e aplicar a Lei Geral da Proteção de Dados. A MP segue ao Senado e precisa ser votada até o dia 24 de outubro para não perder a validade.

A Lei 13.853/19 deu prazo para que o Executivo avaliasse a conveniência de transformar a ANPD em autarquia – o que foi feito pela Medida Provisória 1124/22..

Cabe à Agência editar normas e fiscalizar procedimentos para proteção de dados pessoais, bem como aplicar sanções.

O relator, deputado Jeronimo Goergen (PP-RS), defendeu a votação do texto original da medida provisória.

“A MP representa mais um passo no fortalecimento da política de proteção de dados em nosso País, promovendo, em resumo, modificações na Autoridade Nacional de Proteção de Dados para compatibilizá-la com outros regimes regulatórios e experiências internacionais exitosas”, disse. O relatório foi lido em Plenário pelo deputado Darci de Matos (PSD-SC).

Estrutura

A medida provisória cria, sem aumento de despesa, um cargo comissionado para o diretor-presidente da ANPD e aloca os atuais servidores na nova autarquia. O texto prevê outras mudanças estruturais, como regras para requisição de pessoal, transferência de patrimônio e de pessoal e a previsão de um ato para regulamentar a transição da ANPD de órgão vinculado à Presidência a autarquia independente. O objetivo é evitar a descontinuidade administrativa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA AEC ESTÁ ESPERANDO POR VOCÊ

CHEGOU A SUA VEZ DE CONHECER DE
PERTO E INICIAR SUA JORNADA NO **VDC -
VIRTUAL DESIGN AND CONSTRUCTION.**

Incluindo: **BIM, IPD, AWP e Contratos Colaborativos**

A **CONEXIG**, empresa pioneira no **VDC** na América Latina, em parceria com a **Verum Partners** e em colaboração com o **SINICON** trazem para você **uma oportunidade única** para se atualizar nesta **metodologia de gestão colaborativa e integrada de projetos.** **VDC** une as **melhores práticas** disponíveis no mundo para transformar os **modelos de negócios** tradicionais e **alavancar os resultados no indústria AEC.**

INÍCIO DO PROGRAMA:
JANEIRO DE 2023

Mais informações



Realização



Em colaboração com



SERVIÇOS

FOTO: CANVA

O SINICON oferece às empresas associadas uma gama de serviços. Confira:

- Acompanhamento em Cartório Judicial e Notariais.

- Acordo Extrajudicial dentro da base territorial do SINICON.

- Acompanhamento em Audiência Judicial / Administrativa dentro da base territorial do SINICON.

- Acordo Coletivo.

- Assistência na Rescisão do Contrato de Trabalho.

- Parecer Jurídico.

- SISTAD. Novo sistema da RFB para o processo de conversão de DARF avulso para a DCTF Web.

- Assessoria em:

- REINF
- DCTF-Web
- E-Social
- ECD - Escrituração Contábil Digital
- ECF - Escrituração Contábil Fiscal
- EFD Contribuições
- DIRF
- REINF-DIRF

- Processo de apuração da Contribuição Previdenciária DCTFWweb

- Processo de apuração do FGTS através da Solução Caixa - Conectividade Social.

- EFD - REINF eventos para cálculo da contribuição previdenciária e totalizadores 5-5001 e R5011.

- E-Social: eventos para cálculo da contribuição previdenciária e totalizadores S-5001 e S5011.

- PERDCOMPWeb compensação de Contribuição Previdenciária e outros tributos.

- Acompanhamento da empresa em ambiente de homologação do E-Social, Reinf e DCTFWweb.

- Assessoria na Obtenção e Manutenção do CRCC da Petrobras.

- Coworking.



FOTO: CANVA

SEJA UM ASSOCIADO

Juntos, construindo um caminho para a Construção Pesada

O SINICON é a entidade patronal que representa a categoria da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura, com abrangência territorial interestadual em 18 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Com mais de 60 anos de experiência, tem escritórios em Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. Oferece consultorias diversas como: Jurídica, Trabalhista, Tributária, Licitações, entre outras.

O SINICON detém poder de representação junto a diversas entidades do setor e segmentos correlatos. Entre elas: CNI, Firjran, Fiepe, Fieba, Brasinfra.

MISSÃO

Defender os interesses das empresas do setor da construção pesada-infraestrutura em prol do bem-estar da sociedade e representar as empresas do segmento nas relações intersindiciais do trabalho.

VISÃO

Ser reconhecido como o mais representativo interlocutor do setor da construção pesada.

VALORES

- Todo serviço deve ser executado com ética;
- Toda e qualquer ação deve ser norteadas pela transparência;
- A preocupação com o meio ambiente, bem como com a segurança e saúde do trabalhador, devem ser consideradas nas ações do sindicato.

Convenções Coletivas

Empresas associadas, acessem
nosso site **www.sinicon.org.br**
e acompanhem o andamento das
Convenções Coletivas de Trabalho.

Dúvidas com o acesso?
Entre em contato através do e-mail
crt@sinicon.org.br

Obrigado.

Esta revista foi desenvolvida com muita dedicação, para que você fique por dentro das ações do SINICON e do setor da construção pesada-infraestrutura.

Nos vemos na próxima edição.

Sugestões de conteúdo, dúvidas e elogios entre em contato:
comunicacao@sinicon.org.br



ANUNCIE CONOSCO



ASSIM VOCÊ:

- ✓ **Gera maior visibilidade para a sua empresa;**
- ✓ **Participa dos principais meios de comunicação digital;**
- ✓ **Aumenta a credibilidade, facilitando a prospecção de novos clientes;**
- ✓ **Mostra que a empresa está presente nas ações do sindicato e do setor.**

CONSULTE-NOS

✉ comunicacao@sinicon.org.br